



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
PARFOR/CAPES/UEPB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SÂMARA RACHEL RIBEIRO DA SILVA TRAJANO

**CONSELHOS ESCOLARES: um estudo de caso em duas escolas
municipais de Guarabira/PB**

Guarabira – Paraíba

Maio – 2019

SÂMARA RACHEL RIBEIRO DA SILVA TRAJANO

**CONSELHOS ESCOLARES: um estudo de caso em duas escolas
municipais de Guarabira/PB**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora Prof^a Vanusa Valério dos Santos

Guarabira – Paraíba

Maio – 2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586 Silva, Samara Rachel Ribeiro da.
Conselhos escolares [manuscrito] : um estudo de caso em duas escolas municipais de Guarabira/PB / Samara Rachel Ribeiro da Silva. - 2019.
45 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Guarabira , 2019.
"Orientação : Profa. Esp. Vanusa Valerio dos Santos , Departamento de Educação - CH."
1. Gestão. 2. Escola. 3. Gestão escolar. 4. Conselheiro escolar. I. Título
21. ed. CDD 371.207

SÂMARA RACHEL RIBEIRO DA SILVA TRAJANO

**CONSELHOS ESCOLARES: um estudo de caso em duas
escolas municipais de Guarabira/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Estadual
da Paraíba como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 01 / 06 /2019.

BANCA EXAMINADORA

Vanusa Valério dos Santos

Orientadora: Prof. Esp. Vanusa Valério dos Santos
(UEPB)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Examinador (a): Profa. Ma. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
(UEPB)

Alba Lúcia Nunes Gomes da Costa

Examinador (a): Profa. Ma. Alba Lúcia Nunes Gomes da Costa
(FPB)

Dedico este trabalho a minha mãe Professora Raimunda Ribeiro (*in memoriam* – 01/06/2005) que foi e continua sendo uma referência em minha vida e na de tantos outros que tiveram o prazer de conviver. Eternas saudades de uma fortaleza.

Agradecimentos

A Deus por permitir minha existência.

Ao meu esposo Nildo que esteve sempre do meu lado, dando-me força para seguir em frente e em busca de novos caminhos.

Aos meus filhos Gustavo e Sara que são tudo para mim, e é por eles que prossigo, para dar exemplo de que não se deve parar no tempo.

Aos meus pais, Raimunda (*in memoriam*) e Marcos que me guiaram com respeito, exemplo e formação para uma vida digna e feliz.

Aos meus irmãos, Ana, Sonally e Marquinho, companheiros e confidentes de todos os momentos.

A minha orientadora professora Vanusa Valério pela paciência na orientação nesta fase final do curso.

Aos professores deste Curso de Especialização que lutaram bastante que todos nós, alunos, chegássemos até aqui, principalmente a coordenadora do curso, a professora Mônica Guedes, que não mediu esforços em nosso auxílio.

As gestoras Francecleide (Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho) e Floriana (Escola Municipal Sérgio Luiz de Melo Gomes) pelo pronto atendimento, acompanhamento e disponibilização de dados ao longo do trabalho.

A todos os conselheiros escolares que se propuseram para ajudar nesta pesquisa ao responderem os questionários, meu muito obrigada.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Paulo Freire

TRAJANO, Sâmara Rachel Ribeiro da Silva. **Conselhos Escolares: um estudo de caso em duas escolas municipais de Guarabira/PB**. Trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia. Guarabira: UEPB/CAMPUS III/PARFOR, 2019. 45p.

RESUMO

O Conselho Escolar é uma forma de gestão democrática implantada no ensino público com autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Nesse sentido esse trabalho tem como principal objetivo identificar a real função do conselho escolar nas escolas da rede municipal de Guarabira/PB do ponto de vista dos conselheiros. Para isso foi realizado uma análise com concepções sobre o Conselho Escolar fundamentada em Dourado (2007), Neto e Almeida (2008), Cury (2007), Aguiar (2008), Adrião e Camargo (2001) entre outros. A metodologia é quantitativa, qualitativa e exploratória, o campo da pesquisa são as escolas: Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho (CERFM) e a Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes (EMSLMG), situadas na área urbana do município de Guarabira/PB. Em um universo de 45 escolas, foram escolhidos uma amostra de 2, especificamente estas devido ao número de estudantes em bairros carentes do município. Nesta pesquisa foi possível realizar uma análise dos conselhos escolares do ponto de vista dos conselheiros, entre os 15 conselheiros ativos nas escolas, 9 se dispuseram a responder o questionário. Nas análises dos resultados observou-se que a maioria dos conselheiros são mulheres e professores com ensino superior (78%), destes 22% acumulam também a função de gestores da escola, em sua maioria na faixa etária entre 35 a 45 anos (45%), entre outras questões 100% dos conselheiros afirmam que a maior prioridade de uso do recurso é com a manutenção da escola, enquanto que 89% afirmaram que existe investimento também na aprendizagem dos alunos. Desta forma, na visão destes, o Conselho Escolar é uma prioridade na boa administração da escola, porém precisa um maior comprometimento de todos que o compõe com relação a efetivação das reuniões e nas tomadas de decisões para então, realmente ter uma gestão compartilhada.

Palavras-chave: Gestão. Escola. Conselheiros.

TRAJANO, Sâmara Rachel Ribeiro da Silva. **School councils: a case study in two municipal schools of Guarabira / PB.** Completion work of the Pedagogy Course. Guarabira: UEPB/CAMPUS III/PARFOR, 2019. 45p.

ABSTRACT

The School Board is a form of democratic management implemented in public education with pedagogical, administrative and financial management autonomy. In this sense, this work has as main objective to identify the real function of the school council in the schools of the municipal network of Guarabira / PB from the point of view of the councilors. For this, an analysis was carried out with concepts about the School Board based on Dourado (2007), Neto and Almeida (2008), Cury (2007), Aguiar (2008), Adrião e Camargo (2001) and others. The methodology is quantitative, qualitative and exploratory, the field of research is the schools: Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho (CERFM) and the Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes (EMSLMG), located in the urban area of the municipality of Guarabira / PB. In a universe of 45 schools, a sample of 2 were chosen, specifically these due to the number of students in needy neighborhoods of the municipality. In this research it was possible to carry out an analysis of the school councils from the point of view of the counselors, among the 15 active counselors in the schools, 9 were willing to answer the questionnaire. In the analysis of the results it was observed that the majority of the counselors are women and teachers with higher education (78%), of these 22% also accumulate the function of school administrators, mostly in the age group between 35 and 45 years old (45%), among other issues, 100% of the board members affirm that the highest priority for the use of the resource is the maintenance of the school, while 89% stated that there is also an investment in student learning. In this way, in view of these, the School Board is a priority in the good administration of the school, but it needs a greater commitment of all that compose it in relation to the effectiveness of the meetings and in the decision making by then, actually having a shared management.

Keywords: Management. School. Counselors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vista da parte da frente da Escola.....	20
Figura 02 – Vista da parte da frente do CERFM.....	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Gênero dos conselheiros.....	26
Gráfico 02 – Faixa etária dos conselheiros.....	27
Gráfico 03 – Formação Escolar dos conselheiros.....	28
Gráfico 04 – Tempo na profissão.....	28
Gráfico 05 – Função dos conselheiros na escola.....	28
Gráfico 06 – Representação na escola.....	29
Gráfico 07 – Investimento dos recursos na aprendizagem dos alunos.....	30
Gráfico 08 – Frequência das reuniões do Conselho Escolar.....	31
Gráfico 09 – Pergunta: Se pudesse mudar algo no conselho, o Que faria?.....	33
Gráfico 10 – Pergunta: Como deve ser uma gestão compartilhada?.....	36
Gráfico 11 – Frequência das reuniões do Conselho Escolar.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 A função social da escola pública	14
2.2 A legislação e os Conselhos Escolares	15
2.3 O funcionamento e atribuições dos Conselhos Escolares	16
3 METODOLOGIA	18
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	20
4. 1 Caracterização das escolas	20
4. 1. 1 Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes	20
4. 1. 2 Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho	22
4. 2 Análise dos dados.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
Anexo 01 - Questionário destinado aos conselheiros escolares.....	43

1 INTRODUÇÃO

Os Conselhos Escolares são de extrema importância para as gestões atuais das escolas, tanto municipais como estaduais. Exige-se a formação de um conselho escolar no qual a comunidade deve ser atuante, para que as creches ou escolas possam receber recursos federais.

Neste sentido, é importante destacar que para qualquer gestão escolar realmente funcione de forma democrática, se faz necessário que sua formação seja de forma conciliatória e participativa, e a comunidade escolar realmente possa auxiliar na gestão da escola.

O interesse em trabalhar com este tema em escolas da rede municipal é tentar entender como funciona a gestão das escolas e como os conselhos escolares podem auxiliar nos aspectos administrativos e financeiros ou até mesmo pedagógicos da instituição de ensino.

Sendo assim, a gestão compartilhada pode auxiliar nas atividades diárias da instituição de ensino, a comunidade escolar tem uma representatividade e participação efetiva nos Conselhos Escolares, ou ainda, as obrigações fiscais e jurídicas dos conselhos escolares são desafios para formar um conselho.

Os Conselhos Escolares se bem utilizados podem promover a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões importantes para a escola, e contribuir para um maior engajamento e responsabilidade entre os envolvidos. Estas decisões refletem o interesse dos diversos segmentos envolvidos e isso pode ocasionar uma pluralidade de visões e maior transparência nos processos da escola.

Os Conselhos Escolares visam estabelecer uma gestão democrática compartilhada com representantes dos professores, dos funcionários, dos pais de alunos, dos alunos, da comunidade escolar e da gestão da escola (diretores) que realizam uma eleição a cada dois anos e submetem a todos os presentes a escolha de sua representação, através de titulares e suplentes.

O objetivo desta pesquisa é identificar a real função do conselho escolar nas escolas da rede municipal de Guarabira. Para tal foi necessário traçar o perfil das duas escolas em estudo (EMEFSLMG e CERFM), realizou-se uma análise documental dos conselhos escolares, verificou-se as dificuldades encontradas para

formar e seguir com um Conselho Escolar, e por fim, identificaram-se as funções dos conselhos escolares para as escolas na visão dos conselheiros.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é um estudo de caso. O método de pesquisa foi quantitativa, qualitativa e exploratória, o campo da pesquisa são as escolas: Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho e a Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes, situadas no município de Guarabira/PB. Em um universo de 45 escolas, foram escolhidos uma amostra de 2, especificamente estas devido ao número de estudantes em bairros carentes do município.

Os resultados da pesquisa foram apresentados doravante da coleta de dados realizada a partir do questionário. O intuito desta pesquisa foi expor e discutir os resultados da pesquisa por meio de informações coletadas no questionário de forma clara e objetiva, onde foram analisados e interpretados considerando os princípios do trabalho científico.

Neste sentido observa-se que os conselhos escolares foram criados com o objetivo de gerenciar as escolas com o apoio de todos que fazem a comunidade escolar e assim gerenciar uma escola de qualidade. Porém, nem todos os conselhos funcionaram desta forma, pois existe certa resistência para não quererem participar dos Conselhos, pois alegam que na maioria das vezes não funcionam.

A primeira parte da pesquisa faz uma fundamentação teórica sobre os conceitos trabalhados, a segunda parte é a descrição da metodologia, a terceira e última parte é a apresentação dos resultados e discussões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A função social da escola pública

A partir da década de 1960, a ampliação e universalização do acesso ao ensino obrigatório no Brasil produziu uma verdadeira escola das massas. Neste sentido, a ampliação acelerada de acesso à escola pública dos estudantes fez com que as políticas educacionais fossem direcionadas a qualidade de ensino, porém sem muito sucesso (BUENO, 2001).

Segundo Bueno (2001) a universalização permitiu o acesso de crianças com condições culturais e econômicas anteriormente excluídas por mecanismos de seleção. E definiu os distúrbios de aprendizagem predominante das camadas populares, e professores como Saviani (2019) e Freire (2014) buscaram soluções para os processos de exclusão social.

Rios (2003) afirma que função social é tarefa da escola, pois desenvolve capacidades, habilidades e isso se realiza pela socialização dos conhecimentos e dos múltiplos saberes. Assim, Dalbério (2008) diz que os conteúdos transmitidos, construídos ou socializados na escola têm de ter sentido para a construção do ser humano e para o seu desenvolvimento.

De acordo com Costa (2012) a real função social da escola é despertar o gosto pelo saber, pela intelectualidade e proporcionar um ambiente escolar agradável, onde o educando possa se desenvolver como pessoa.

Souza (2016) afirma que além de possuir a função de zelar pela aprendizagem, o conselho escolar é também a instância garantidora do coletivo escolar, do compartilhamento e tem o papel de estimular a presença indispensável no trabalho da escola.

Montano (2005) diz que o governo deve construir uma rede universal de proteção social que garanta o direito social e uma concepção de que o bem-estar pertencente ao âmbito privado (famílias, instituições e outros) como uma rede de solidariedade.

O governo e a escola devem agir de forma integrada para promover uma maior participação da comunidade com o intuito de fiscalizar e contribuir com a escola que pertence a todos, para o bem social.

2.2 A legislação e os Conselhos Escolares

A Gestão democrática foi citada inicialmente no Inciso VI do Art. 206 na Constituição Federal de 1988 no qual afirma que, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, um dos quais afirma que a gestão democrática deve ser implementada no ensino público, na forma da lei e dos sistemas de ensino.

Com relação ao termo Conselho Escolar (CE) foi definido no art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996):

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios ... II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A referida lei deixa claro que a Unidade de Ensino (creches ou escolas, por exemplo) são autônomas para estabelecer normas, regulamentação de funcionamento e escolher seus representantes através da formação do Conselho Escolar.

As escolas possuem uma certa autonomia para ter uma gestão participativa, de acordo com o art. 15 da LDB (Brasil, 1996):

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos, que entre outras diretrizes propôs a promoção do princípio da gestão democrática na educação pública. Uma estratégia da meta 7 descreve que:

7.4) Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

Neste sentido, o PNE afirma a importância do aprimoramento da gestão democrática nas escolas com uma melhor visibilidade e importância para a comunidade escolar.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Apesar de tanta ênfase na gestão democrática no país e o prazo de dois anos para sua efetiva implantação, os sistemas de ensino ainda não colocaram em prática efetivamente. A exceção é a formação dos Conselhos Escolares, mas principalmente com o objetivo de gerenciar os recursos oriundos do Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Assim como afirma o item 7.16 do PNE (2014):

apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

Os Conselhos Escolares se bem utilizados podem promover a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões importantes para a escola e contribuir para um maior engajamento e responsabilidade entre os envolvidos. Estas decisões refletem o interesse dos diversos segmentos envolvidos e isso pode ocasionar uma pluralidade de visões e maior transparência nos processos da escola.

2.3 O funcionamento e atribuições dos Conselhos Escolares

Os Conselhos Escolares visam estabelecer uma gestão democrática compartilhada com representantes dos professores, dos funcionários, dos pais de alunos, dos alunos, da comunidade escolar e da gestão da escola (diretores) que realizam uma eleição a cada dois anos e submetem a todos os presentes a escolha de sua representação, através de titulares e suplentes.

A formação da mesa diretora que representa o CE é composta basicamente pelo presidente, vice-presidente, secretária(o) e tesoureira(o) que são responsáveis pela parte burocrática e administrativa do CE.

Segundo Brasil (2004) as atribuições do Conselho Escolar resumem-se em 4 funções: Deliberativa, Consultiva, Fiscalizadora e Mobilizadora.

a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro. b) Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares. c) Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar. d) Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação (BRASIL, 2004).

Os Conselhos Escolares é órgão colegiado que deve tomar decisões

Coletivas e só existe enquanto estão reunidos. Nenhum dos conselheiros pode tomar decisões individuais. Todavia, o gestor escolar atua como articulador na execução das deliberações do Conselho Escolar e das ações de todos os segmentos (BRASIL, 2004).

3 METODOLOGIA

Para Medeiros (2000, p. 33) a pesquisa é um procedimento formal para aquisição de conhecimento sobre a realidade. A metodologia utilizada nesta pesquisa é um estudo de caso. Segundo Yin (2015) a pesquisa de estudo de caso é uma das várias maneiras de realizar uma pesquisa nas ciências sociais.

O trabalho científico é baseado de uma ideia que busca respostas para um problema. Para tal surgem as hipóteses em torno das situações envolvidas com a questão e recomenda-se um sentido para uma plausível solução. E é através do conhecimento científico que se obtêm respostas eficazes de maneira formal.

Segundo Silva (2017) o conhecimento científico é investigativo que tem como base métodos e técnicas científicas com finalidade de investigar determinados fenômenos, crenças, fatos, etc., a partir do conhecimento comum, cujos, surgem com o aparecimento de um problema.

O método de pesquisa utilizado foi o quantitativa, qualitativa e exploratória, o campo da pesquisa foram as escolas: Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho e a Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes, situadas no município de Guarabira/PB. Em um universo de 45 escolas, foram escolhidos uma amostra de 2, especificamente estas devido ao número de estudantes em bairros carentes do município.

Segundo Baptista (2007, p. 170) a pesquisa quantitativa caracteriza-se, tanto na fase de coleta de dados quanto no seu tratamento, pela utilização de técnicas estatísticas. Com relação à pesquisa qualitativa, o autor afirma que esta focaliza as causas e reações, dando mais atenção aos aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano (BAPTISTA, 2007: p. 173).

A primeira escola conta com o Ensino Fundamental I e em torno de 200 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde. A segunda abrange também o Ensino Fundamental II e quase 500 alunos distribuídos nos três turnos (manhã, tarde e noite).

O instrumento de pesquisa para a coleta de dados foi a análise documental (atas, estatutos, PPP e outros) e aplicação do questionário que foi distribuído a um número significativo dos conselheiros escolares. Segundo Lakatos (2003) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série

ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

De acordo com Barbosa (1998, p. 01) afirma que o questionário é uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa.

Os resultados da pesquisa ora apresentada foram revelados doravante da coleta de dados realizada a partir do questionário composto por questões. O intuito do trabalho é expor e discutir os resultados da pesquisa por meio de informações coletadas no questionário de forma clara e objetiva, onde foram analisados e interpretados considerando os princípios do trabalho científico. Os resultados foram expostos para discussão a partir de gráficos e respostas subjetivas.

Foram 27 questões divididas em 3 partes: dados pessoais, informações profissionais e coleta de informações sobre o Conselho Escolar, O questionário apresentou questões objetivas e subjetivas cujo autores das respostas não foram identificáveis nesta pesquisa e que pudessem responder de forma fidedigna.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4. 1 Caracterização das escolas

4. 1. 1 Escola Municipal Sérgio Luiz de Mélo Gomes

A Escola Municipal Sérgio Luiz de Melo Gomes, localizada na Rua João Alves de Oliveira, s/n, Bairro do Cordeiro, no município de Guarabira/PB, de modo geral é uma escola de pequeno porte. Oferece a comunidade 2 etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª fase) e a modalidade de Educação Especial, distribuídos nos turnos manhã e tarde. Respondendo pela gestão da escola atualmente, encontra-se a Professora Maria Floriana.

Figura 01 - Vista da parte da frente da Escola



Fonte: Arquivo Pessoal do estagiário, 2018.

A clientela atendida nessa instituição é do Bairro do Cordeiro e da Vila Padre Cícero, além de atender as meninas da Comunidade Talita e indicados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), da mesma região do município

onde a mesma está situada. Para que esses alunos cheguem até a escola, são ofertados transportes, uma vez que a Vila Padre Cícero é um pouco distante.

Com relação a parte física da escola, a mesma é composta por quatro (04) salas de aula, uma (01) secretaria que também serve como direção e compartilha com os computadores da sala de informática, um (01) banheiro feminino e outro masculino, uma (01) cantina e uma (01) dispensa e um (01) pequeno pátio coberto na área central da escola.

São quinze (15) funcionários, entre sendo oito (08) professores, uma (01) coordenadora, três (03) auxiliares de serviço/merendeiras, um (01) vigia, uma (01) vice-gestora e uma (01) gestora. Funciona em dois turnos: pré I (com crianças de 4 anos), pré II (com crianças de 5 anos), 1º ano (com crianças de 6 anos), e assim por diante, com exceção do 3º ao 5º ano que apresenta alunos que ficaram retidos, devido à falta de leitura e/ou por serem alunos especiais.

A escola tem os seguintes equipamentos: ventiladores nas salas de aula, ar condicionado na secretaria, geladeira, bebedouros, entre outros, além dos recursos didáticos, como Caixa de som amplificadora, Projetor e TV e uma sala de informática onde os alunos realizam pesquisas e outras atividades.

O Conselho Escolar é formado por representantes dos professores, funcionários, pais de alunos, da comunidade, seus respectivos suplentes, gestora escolar, após estarem representados e formado o conselho, estes elegem os representantes que irão gerir e cumprir efetivamente com as obrigações dos conselhos: presidente do conselho, vice-presidente, secretária e tesoureira. A relação entre a gestão da escola e o conselho é muito boa.

De acordo com Cury (2009, p. 44) os conselhos de classe visam acompanhar o rendimento escolar dos estudantes; os conselhos escolares pretendem discutir e avaliar a evolução de um estabelecimento como um todo e expressar a participação da comunidade.

A escola recebe recursos do governo federal através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) de quatro formas diferentes, mas não necessariamente todos ao mesmo tempo: PDDE básico, PDDE Integral (Mais Educação), PDDE Estrutura (PDDE Acessibilidade) e PDDE Qualidade (Mais Alfabetização, antigos: PDDE Atleta e PDDE Cultura). No ano de 2018, a escola só recebeu a 1ª parcela do Mais Alfabetização e utilizou a 2ª parcela do PDDE básico que ficou reprogramado do ano anterior.

A Lei nº 9394, Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 diz que o projeto político pedagógico é um documento de referência. Por meio dele, a comunidade escolar exerce sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Os projetos da escola são realizados de acordo com as datas comemorativas, com o auxílio da equipe pedagógica e da comunidade, como o dia das mães, dos pais, páscoa, dia das crianças, independência do Brasil, aniversário da cidade.

Canário (1992), coloca que com este espaço a escola passa a ser reconhecida como uma organização social, inserida num contexto local, com uma identidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, susceptível de se materializar num projeto educativo.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi construído conjuntamente com funcionários da escola, com descrição de ações, metas e planos que beneficiam a aos alunos e a comunidade escolar, com o objetivo de um ensino-aprendizagem de qualidade. O PPP é um planejamento anual da escola e todo ano ele é revisto e melhorado por todos que compõem a comunidade escolar.

Os planejamentos são realizados quinzenalmente em grupo com todos os professores, coordenadora e gestores da escola, no qual são registrados em relatórios enviados periodicamente a Secretaria de Educação.

Segundo Silva (2019) afirma que o planejamento escolar é um processo reflexivo em um olhar para a realidade da escola, seja ela física, cultural, pedagógica, social e política em práticas pedagógicas e do compromisso social da escola pública.

O planejamento é algo de suma importância no trabalho pedagógico, pois não é possível dar uma aula sem planejá-la antes. É necessário que os professores percebam a importância de um bom planejamento para a execução da aula. O que certamente reflete na qualidade de aprendizagem dos alunos.

4. 1. 2 Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho

O Centro Educacional Raul de Freitas Mouzinho, localizada na Rua Henrique Pacífico, nº 267, bairro Primavera, é uma Unidade de Ensino mantida pela prefeitura Municipal deste município sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação, através de recursos adquiridos pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Oferece a comunidade 2 etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª e 2ª fase), 2 modalidades: Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos nos 3 turnos (manhã, tarde e noite). Esta escola foi fundada em fevereiro de 2003, durante a gestão da Prefeita Léa Toscano, porém não funcionou inicialmente em prédio próprio.

Figura 02 - Vista da parte da frente do CERFM



Fonte: Arquivo Pessoal do estagiário, 2018.

Somente em novembro de 2002, passou a funcionar em suas novas instalações, a Escola foi inaugurada pela Prefeita Léa Toscano, passando a localizar-se no bairro Primavera, um bairro que tem crescido progressivamente, caracterizado por uma população que vai da classe menos favorecida a média. Nos arredores da Escola encontramos Casas Residenciais e Comerciais, Igrejas, Hospital, Clube de Mães e outras escolas. Vale salientar que todas as ruas do bairro são pavimentadas e iluminadas.

Em homenagem a um eminente empresário da região, o Senhor Raul de Freitas Mousinho, a Escola foi oficialmente denominada Centro Educacional Raul de Freitas Mousinho.

Essa escola recebe alunos de diversos bairros da cidade de Guarabira, além de muitos da área rural e também de municípios vizinhos, como Cuitegi e Pilõezinhos. Como a maioria das famílias pertence a classes menos favorecidas, cerca de 85% das mesmas são beneficiadas por programas sociais do governo federal (Bolsa Família).

Um dos principais desafios da escola é combater a evasão. A clientela atendida pela escola tem a uma mobilidade acentuada, devido a mudança de residência pelas famílias. Como atende a uma clientela de adultos trabalhadores, muitos se evadem ou se transferem em virtude de mudança no trabalho ou de fazerem serão (trabalho noturno em horário extraordinário) muitos dias, o que eleva o número de alunos evadidos.

A construção da escola é de alvenaria, composta por 08 salas de aula amplas e arejadas, com iluminação e ventilação satisfatórias, medindo 45 m² cada; uma diretoria com banheiro próprio, uma secretaria, uma biblioteca e uma sala climatizada para professores, WC para professores (02) e para alunos (02), dispensa e cozinha; um laboratório de informática com 10 configurações e toda cabeada para internet, uma área livre (pátio) pra recreação e lazer, além de ginásio coberto para a prática de esportes, uma sala para livros didáticos; uma sala para almoxarifado; uma central de água.

Essa instituição escolar possui uma gama de recursos didáticos, como: Datashow, aparelho de DVD, caixas de som, microfones, televisão, mapas geográficos e históricos, jogos pedagógicos e computadores, além de diversos livros, coleções pedagógicas.

Observa-se que, a escola é bem equipada e influencia na qualidade de ensino, pois os professores tem acesso a equipamentos e materiais pedagógicos para uso em sala de aula, o que facilita em muito na aprendizagem dos alunos.

O conselho Escolar é formado por pais de alunos, gestores, professores, funcionários e representantes da comunidade, que após a formação elegem entre eles: o presidente, o vice-presidente e o secretário. O mesmo é regido por seu próprio estatuto com firma reconhecida em cartório, como também determinada atas durante o ano.

O referido Conselho sempre se reúne com a finalidade de atender as necessidades comuns e dar andamento aos encaminhamentos necessários à solução de problemas administrativo-pedagógicos que possam interferir no funcionamento da escola.

O Centro Educacional Raul de Freitas Mousinho tem diversos diferenciais: seu corpo docente é muito qualificado e o trabalho intensivo desenvolvido pela mesma com o foco em Responsabilidade Pública e Cidadania. Valoriza-se cada profissional porque todos os envolvidos se fazem relevantes no processo educacional, desde o vigilante ao gestor. A equipe gestora procura relacionar-se bem com todos em uma administração participativa.

A proposta Pedagógica do Ensino Fundamental está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi elaborada no intuito de desenvolver nos sujeitos envolvidos as habilidades necessárias ao seu aprimoramento como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para a sociedade em que está inserido e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado.

Esta escola fundamenta os princípios orientadores de suas atividades nas relações travadas pelo homem consigo mesmo, com os demais e com o meio em que está inserido, dando especial destaque à liberdade individual e coletiva, em todas as suas nuances e matizes ideológicas e filosóficas, garantindo, assim, de acordo com o interesse e os limites de cada um, sejam plenamente desenvolvidas suas potencialidades.

É, pois, fundamentado nestes princípios que esta escola objetiva, tendo em vista a abordagem de seu slogan “EDUCANDO COM CIDADANIA”, transformar as crianças e jovens que lhe são confiados em seres íntegros que, no futuro, contribuirão na construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade; uma vez que a transmissão de conhecimentos e habilidades desta Unidade de Ensino contextualiza-se com a realidade sociocultural do seu alunado, permitindo-lhes uma interação direta com seu aprendizado na Escola e na sua vida cotidiana.

4. 2 Análise dos dados

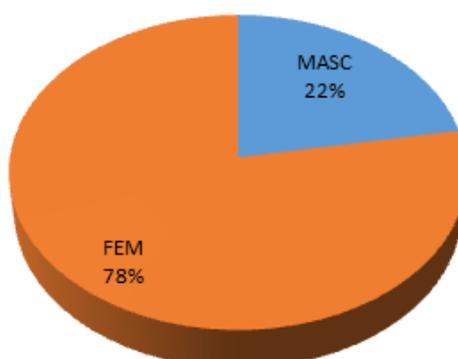
A escola realiza periodicamente reuniões para tratar dos mais diversos assuntos e nestas sempre enfatiza a necessidade de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. E para atender essa prerrogativa, a escola deve estar voltada para os interesses reais da população, ou seja, da comunidade atendida.

Com base nos depoimentos dos professores, funcionários, alunos e pais foram possíveis verificar pontos a serem melhorados de modo que a escola pudesse exercer adequadamente sua função social. Entre estes: falta de um auditório para atividades culturais; maior comprometimento de alguns funcionários; recursos financeiros para a realização e passeios interativos e atividades inovadores; problemas familiares: carência afetiva, separação dos pais, discussões entre os pais, pouca assistência e acompanhamento dos pais; ausência de um psicólogo; e a falta de um acompanhamento maior por parte de especialistas e de formação dos professores para lidar com a inclusão de crianças com necessidades especiais na sala de aula.

Participaram dessa pesquisa cerca de 9 conselheiros distribuídos em 2 escolas da rede municipal de ensino, todos também residem na rede urbana do município, o que facilita a locomoção entre a casa e a escola.

Ao analisar o instrumento de coleta de dados (questionário) pode-se verificar que na primeira parte, onde estão descritas as informações pessoais dos conselheiros. Observa-se que a maioria são do sexo feminino, cerca de 78%, enquanto que, do sexo masculino são em torno de 22%.

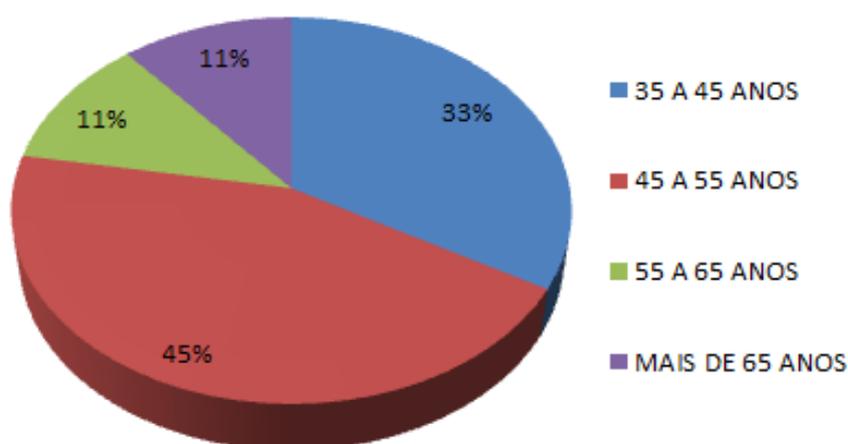
Gráfico 01 – Gênero dos conselheiros



Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

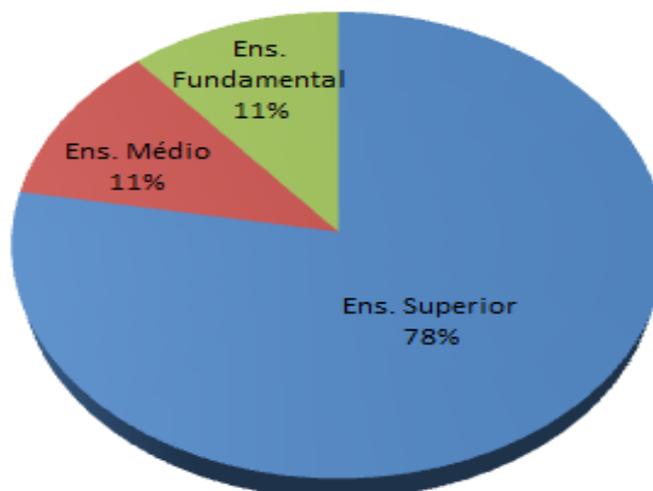
Ao verificar a faixa etária dos conselheiros, 45% tem entre 35 e 45 anos, 33% entre 45 e 55 anos, 11% entre 55 a 65 anos e 11% tem mais de 65 anos, nenhum dos entrevistados tem menos de 35 anos. O que se pode constatar conselheiros com certa experiência de vida o que reflete em uma melhor organização e compromisso com as leis vigentes.

Gráfico 02 – Faixa etária dos conselheiros



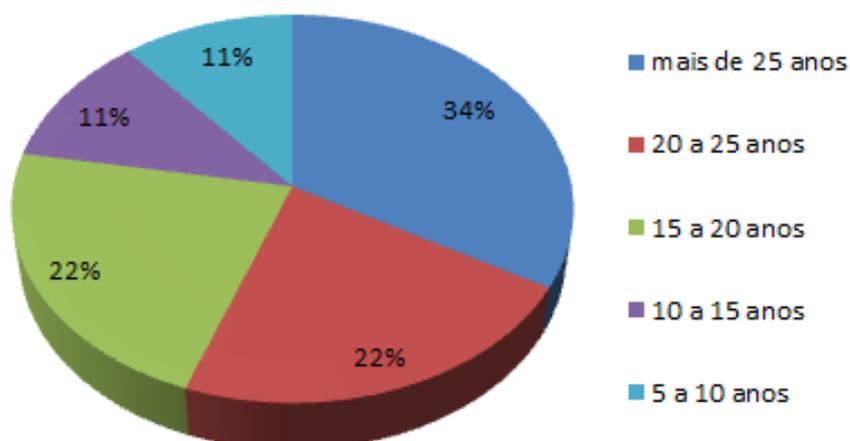
Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Com relação a formação e a profissão dos conselheiros, 11% tinham apenas o Ensino Fundamental, ao mesmo tempo que trabalhava como pedreiro, 11% apresentavam-se com Ensino Médio, não tinha emprego e se afirmava como doméstica, porém era do lar, com atividades de dona de casa, os outros 78% tinham o Ensino Superior e são professores das escolas pesquisadas.

Gráfico 03 – Formação Escolar dos conselheiros

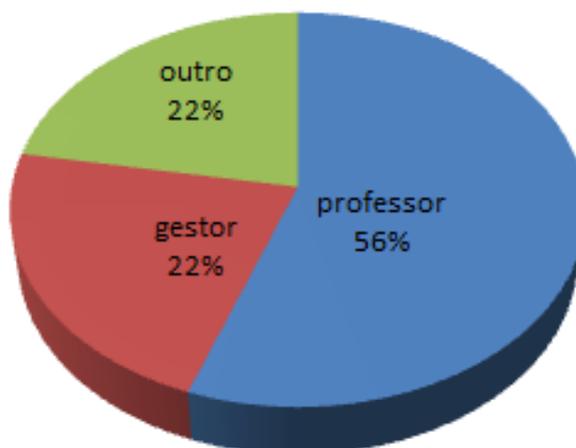
Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

O gráfico 04 mostra o período que os conselheiros trabalham em suas respectivas profissões, cerca de 22% tinham entre 20 a 25 anos na profissão, 34% mais de 25 anos, 22% entre 15 e 20 anos, 11% entre 10 e 15 anos e 11% entre 5 a 10 anos. O que mostra a experiência também no tempo de trabalho.

Gráfico 04 – Tempo na profissão

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

O gráfico 05 representa a função dos conselheiros na escola, do total, 56% são professores, 22% são gestores e 22% não trabalham na escola, pois são representantes dos pais ou da comunidade, informação compatível com gráfico 06. Com relação aos funcionários da escola todos são efetivos, inclusive as gestoras.

Gráfico 05 – Função dos conselheiros na escola

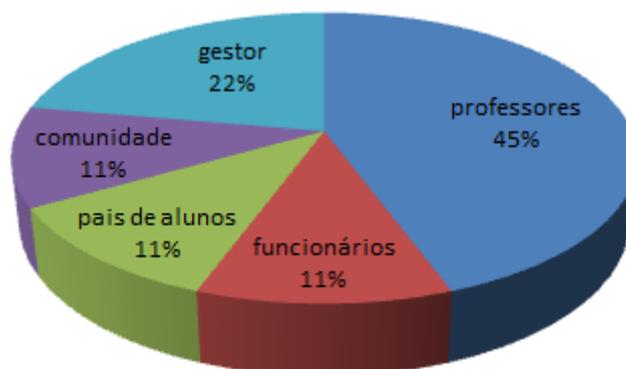
Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Os estatutos das escolas descrevem que a representação no Conselho Escolar deve ser da seguinte forma: 01 representante dos professores por turno de funcionamento, 01 representante dos funcionários, 01 representante de pais de alunos, 01 representante de alunos maior de 18 anos, caso não tenha deverá acrescentar mais 01 pai de aluno, 01 representa da comunidade escolar onde a escola está inserida, todos os membros acima descritos devem ser eleitos entre seus pares. O Conselho Escolar conta ainda com 01 gestor da escola, membro nato no conselho. Fazendo um total de 6 a 8 conselheiros por escola.

As gestoras das escolas na rede municipal de Guarabira são indicadas pelo prefeito, neste o executivo escolhe o dirigente dentre os professores efetivos na rede municipal. Segundo Souza (2012) a escolha do diretor por indicação pauta-se na atribuição de um cargo de confiança pela administração pública.

Após a composição, o estatuto descreve que no conselho deve-se eleger a mesa diretora composta pelos membros acima: presidente, que geralmente indica-se 01 representante de professor, vice-presidente, secretário e o tesoureiro, que costumeiramente é o gestor da escola. Assim, os responsáveis direto pelo conselho são o presidente (professor) e o gestor da escola (tesoureiro).

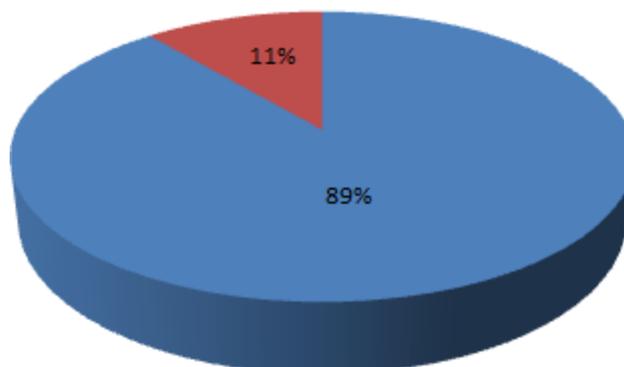
O gráfico 06 mostra que 45% dos entrevistados são representantes dos professores, 22% são gestores, 11% são representantes dos funcionários, 11% são representantes dos pais de alunos e 11% são representantes da comunidade escolar.

Gráfico 06 – Representação na escola

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

A última parte do questionário apresenta perguntas direcionadas ao conselho escolar, e esta foi uma parte importante do trabalho, no qual os conselheiros tiveram bastante dúvidas, se realmente poderiam responder com franqueza as questões a eles perguntadas. Apesar da dificuldade de serem francos, os mesmos acabaram respondendo com a promessa de não serem identificados na pesquisa.

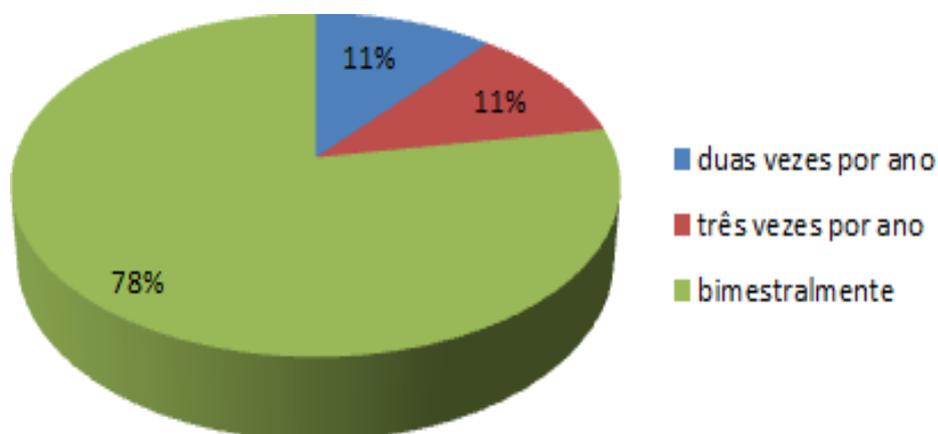
Nesse momento foram perguntadas questões “com relação ao recurso, o diretor e/ou presidente do conselho dar atenção adequada aos aspectos relacionados a ‘aprendizagem dos alunos’ e as ‘normas da escola’”. A maioria dos entrevistados nas duas questões responderam que concordam com a afirmação acima, cerca de 89% afirmam que o recurso disponibilizado pelo FNDE para a escola é investido para uma melhor aprendizagem dos alunos e que seguem as normas administrativas da escola, enquanto que 11% responderam que não, que os administradores dos recursos não dão muita importância a aprendizagem dos alunos ou as normas da escola (gráfico 07).

Gráfico 07 – Investimento dos recursos na aprendizagem dos alunos

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Outra questão foi se os administradores dos recursos dão atenção a manutenção da escola, neste aspecto 100% dos entrevistados concordam que sim, que quando o recurso chega na escola a prioridade é organização, manutenção e não faltar itens de papelaria (material de expediente ou pedagógicos), de limpeza ou de manutenção (como lâmpadas, descargas dos banheiros, fechaduras, entre outros).

Com relação as reuniões do conselho, os conselheiros em sua maioria (78%) afirmaram que acontecem a cada dois meses, 11% responderam que as reuniões acontecem 2 vezes por anos, e outros 11% responderam 3 vezes por ano (gráfico 08).

Gráfico 08 – Frequência das reuniões do Conselho Escolar

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Percebe-se que as informações não batem com as atas destes Conselhos ou não combinam entre os próprios conselheiros, devido em algumas reuniões acontecerem simultaneamente as reuniões de pais ou responsáveis ou com reuniões de funcionários e professores da escola. Raramente acontecem reuniões somente dos conselhos, os assuntos são referentes a manutenção da escola, como será utilizado o recurso, pagamentos de assistentes ou oficineiros ou para analisar as prestações de contas. Com relação a leitura das atas, 89% leem antes de assinar e 11% prestam atenção na leitura de outra pessoa.

Ao perguntar ao conselheiro o que ele espera de um Conselho Escolar, os mesmos responderam o seguinte:

Conselheiro 1: “Que seja eficiente”.

Conselheiro 2: “Que atue participativamente em todas as funções”.

Conselheiro 3: “Que seja atuante”.

Conselheiros 4 e 9: “Que atenda as necessidades da comunidade escolar”.

Conselheiro 5: “Mais compromisso dos membros para que o conselho possa desenvolver seus objetivos”.

Conselheiro 6: “Espero decisões de funcionamento pedagógico e financeiro da escola”.

Conselheiro 7: “Espero que venha mais recurso para a escola”.

Conselheiro 8: “Que venha mais recurso para a melhoria da educação”.

Na questão “Como o conselheiros podem ajudar no Conselho Escolar?”, responderam da seguinte forma:

Conselheiro 1: “Desempenhando suas funções”.

Conselheiro 2: “Estando presente na tomada de decisões”.

Conselheiro 3: “Dando opiniões e participando das atividades da escola”.

Conselheiro 4: “Dando sugestões para o bom andamento e funcionamento da escola”.

Conselheiro 5: “Participando e contribuindo no que for necessário para a melhoria da instituição”.

Conselheiro 6: “Dando sugestões para o bom andamento e funcionamento da escola”.

Conselheiro 7: “Com parceria e participação”.

Conselheiro 8: “Sempre estar presente na instituição e nas reuniões”.

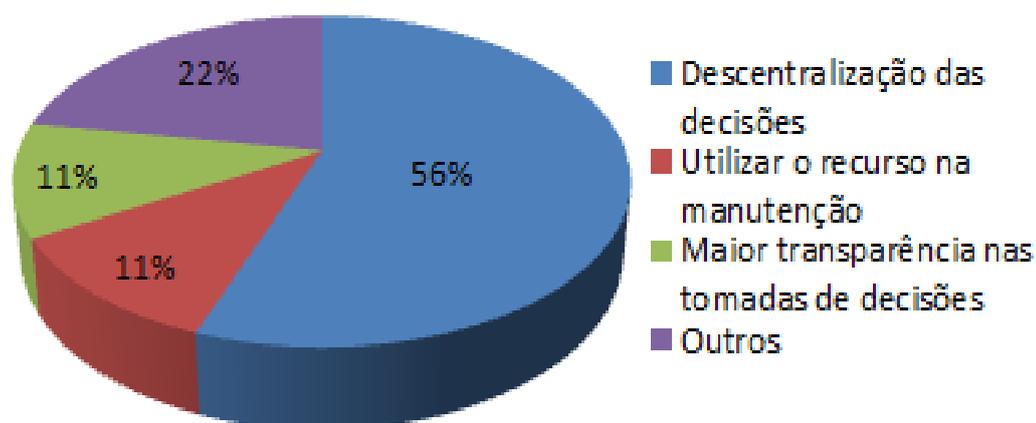
Conselheiro 9: “Participando melhor das reuniões entre pais e comunidade”.

Observa-se que todos os conselheiros esperam algo bom de um Conselho, que compartilhe de uma gestão eficiente e democrática, para melhorar as condições físicas e pedagógicas da escola. Também tem opiniões parecidas ao quererem uma maior participação do conselho nas atividades diárias da escola.

Com relação a função do conselho, 100% dos entrevistados responderam que o conselho escolar tem a função deliberativa (decide sobre as ações e funcionamento administrativo, pedagógico e financeiro), consultiva (analisa e dar o parecer), avaliativa (pode identificar as dificuldades e possibilidades de melhoria) e fiscalizadora (fiscaliza as ações da escola e garante o cumprimento das normas).

Ao responder a pergunta “se pudesse mudar algo no conselho, o que faria?”. Os conselheiros em sua maioria (56%) responderam que gostariam de mudar a descentralização das tomadas de decisões, 11% gostaria de utilizar os recursos do Conselho Escolar oriundos do FNDE na manutenção da escola, 11% gostariam que tivesse uma maior transparência nas tomadas de decisões e 22% dos entrevistados responderam outros e escreveram “não mudaria nada, pois há uma integração entre o conselho e a comunidade escolar”. Esta mesma resposta ocorreu porque estes dois conselheiros responderam juntos.

Gráfico 09 – Pergunta: Se pudesse mudar algo no conselho, o que faria?



Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Com relação a pergunta: “Você analisa a prestação de contas do Conselho Escolar?”, as respostas foram subjetivas, conforme descritas abaixo:

Conselheiro 1: “Sim, com o auxílio de uma coordenadora da secretaria, a mesma nos dava preciosas orientações”.

Conselheiro 2: “Sim, com o auxílio de uma coordenadora”.

Conselheiro 3: “sim, através de reuniões”.

Conselheiro 4: “sim, pela melhoria ocorrida na aprendizagem com a utilização do recurso”.

Conselheiro 5: “sim, através dos painéis expostos com a prestação de contas”.

Conselheiro 6: “sim, nas reuniões através das apresentações de notas fiscais, prestação de contas, tomadas de preço”.

Conselheiro 7: “nas reuniões onde são apresentadas as notas fiscais, parecer, as tomadas de preço e etc”.

Conselheiro 8: “não”.

Conselheiro 9: “através de documentos e atas”.

Com relação as prestações de contas, “o que mais lhe chama a atenção?”, os conselheiros responderam:

Conselheiro 1: “A única coisa me deixa irritada são as tomadas de preço, pois os lojistas não dão, pois sabem que iremos comprar no local de menor preço”.

Conselheiro 2: “dificuldades nas tomadas de preços”.

Conselheiro 3: “não”.

Conselheiro 4: “a administração da equipe em esclarecer a finalidade dos recursos”.

Conselheiro 5: “a organização é expor em que gasta com os recursos”.

Conselheiro 6: “a clareza da prestação de contas”.

Conselheiro 7: “sim, a clareza da prestação de contas”.

Conselheiro 8: “sem comentários”.

Conselheiro 9: “não”.

Foi perguntado aos conselheiros “qual a principal crítica para o conselho?” as respostas foram:

Conselheiro 1: “Que a maioria dos professores não querem participar, pois requer compromisso”.

Conselheiro 2: “compromisso com o conselho, pois os professores não querem participar”.

Conselheiro 3: “mais reuniões”.

Conselheiro 4: “a falta de verba para manter a necessidade escolar”.

Conselheiro 5: “a falta de recurso para o andamento dos trabalhos pedagógicos”.

Conselheiro 6: “a falta de interesse para ocupar algum cargo no conselho”.

Conselheiro 7: “a falta de interesse por parte de alguns para ocupar o cargo”.

Conselheiro 8: “não participar diretamente das tomadas de decisões”.

Conselheiro 9: “precisamos de mais reuniões”.

Foi perguntado também se o conselheiro tem algum elogio ao conselho, as respostas foram:

Conselheiro 1: “que veio a melhorar o andamento das escolas, pois podemos investir o recurso onde é necessário”.

Conselheiro 2: “parabéns por este recurso vir para as escolas, pois através dele está tendo um excelente andamento escolar”.

Conselheiro 3: “prestar contas dentro do prazo e transparência”.

Conselheiro 4: “a chegada do recurso para comprar as coisas necessárias”.

Conselheiro 5: “a melhoria dos trabalhos com a chegada dos recursos”.

Conselheiro 6: “a contribuição para o êxito escolar”.

Conselheiro 7: “a precisão em apresentar como funciona realmente o conselho escolar”.

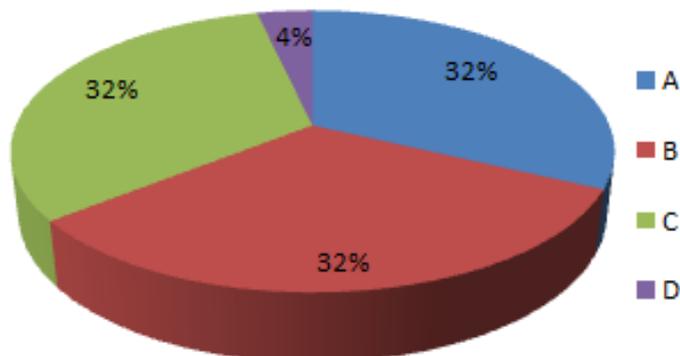
Conselheiro 8: “sem elogios”.

Conselheiro 9: “temos abertura para darmos opiniões”.

Ao perguntar “em sua opinião, como deve ser uma gestão compartilhada?”. Foram indicadas algumas respostas e os conselheiros poderiam marcar mais de uma: 32% dos entrevistados responderam A (todos os envolvidos na comunidade escolar podem dialogar e opinar, de maneira ativa, nas ações e decisões); 32% responderam B (a gestão democrática deve tornar a escola um espaço participativo e mais atraente, principalmente para os estudantes); 32% responderam C (valorizar a participação e intermediar as diferentes opiniões para que todos sejam ouvidos de uma maneira em que o diálogo se estabeleça independente do tipo de ação e/ou

decisão que será tomada); e 4% responderam D (o gestor deve ser eleito exclusivamente pela comunidade escolar) (Gráfico 10).

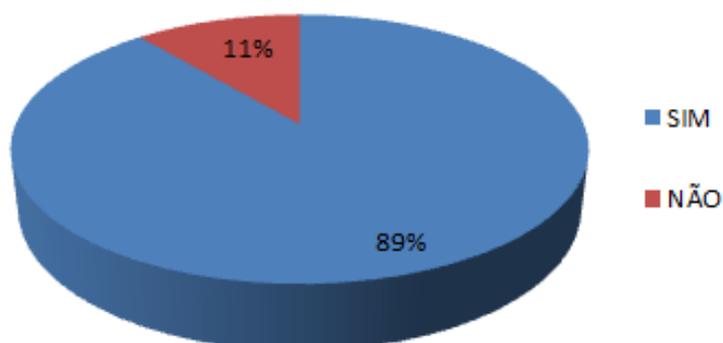
Gráfico 10 – Pergunta: Como deve ser uma gestão compartilhada?



Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

A última pergunta do questionário aos conselheiros foi se “na sua escola tem gestão democrática?”. As respostas foram objetivas e disponibilizamos 5 alternativas, como pode ser visualizada no anexo 1, mas ocorreu uma concentração em apenas duas respostas, 89% (A) respondeu que “sim, quando a comunidade escolar participa das decisões da escola” e 11% (B) respondeu que “não, pois raramente ou nunca os conselheiros tomam as decisões”.

Gráfico 11 – Frequência das reuniões do Conselho Escolar



Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

Percebe-se que, os conselheiros entendem que o Conselho Escolar é forma de gestão compartilhada determinada por lei e que as cumprem para ter o privilégio de receber recursos do FNDE, assim cumprindo com as leis vigentes no país. No

qual também pode-se notar a participação efetiva da comunidade escolar das escolas em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a realidade dos Conselhos Escolares das escolas estudadas foi possível perceber alguns obstáculos, como a falta de um calendário específico para as reuniões dos Conselhos, a falta de vontade das pessoas que compõem a escola em participar de Conselhos, a falta de democratização nas tomadas de decisões, entre outros.

Ao mesmo tempo, que os conselheiros elogiam a organização documental, a divulgação das prestações de contas em áreas visíveis a comunidade escolar e o uso dos recursos oriundos do governo federal aos conselhos para principalmente, manutenção da escola e para itens de expediente e pedagógicos.

Os gestores (diretora da escola e o presidente do conselho) tentam administrar os conselhos escolares da melhor forma possível, porém, o dia a dia apresenta muitos desafios, como: atualizações cadastrais no Banco do Brasil, no FNDE (PDDE Web), no Ministério do Trabalho (RAIS Negativa – Relação Anual de Informações Sociais) e na Receita Federal (GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social e DIRPJ - Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica), prestação de contas e reuniões na Secretaria de Educação.

Estes compromissos fiscais e sociais nos quais os gestores tem que se submeter são estressantes e causam desconforto para que está na mesa diretora destes conselhos, pois alegam muita burocracia e trabalho para tão pouco recurso que vem anualmente para as escolas.

A maioria dos conselheiros são mulheres, professoras, na faixa etária entre 35 a 45 anos, e que tem um pensamento em comum, estão nos conselhos para ajudar a escola, pois sabem que caso não consigam fazer a eleição e compor a mesa, os recursos não chegam nas escolas. Assim, não medem esforços para que haja uma participação efetiva de todos. Neste sentido, a desburocratização seria a solução para que haja uma representação com mais vontade, sem pressão.

Outra forma, para aumentar a participação seria uma campanha informativa e reflexiva na rede municipal para romper com modelo tradicional de participação da comunidade escolar, conscientizar na possibilidade real de participação democrática, efetivar a participação coletiva, apresentar calendários para sejam

realmente efetivados nos conselhos e realizar diagnósticos dos conselhos do município.

Enfim, esta pesquisa pode promover uma melhor reflexão dos conselheiros com relação aos conselhos escolares, suas opiniões, dúvidas e até mesmo sugestões de mudanças. Conclui-se que, a gestão democrática e atuante acontece nas escolas da rede municipal de ensino de Guarabira, porém poderia ser mais eficiente e talvez sem sofrimento para quem está na frente destes, através de apoio maior por parte da gestão municipal.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, p. 69-78, 2001.

_____. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, p. 253-267, 2007.

AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Educar em Revista**, v. 24, n. 31, p. 129-144, 2008.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para cidadania. **Ciência da informação**, v. 25, n. 3, 1996.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007.

BARBOSA, Eduardo F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. **Educativa**, 1998.

BRASIL, **Constituição Federal** do. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Lei nº 9.394**. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação-PNE. Diário Oficial da União, v. 26, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Os Conselhos Escolares e a construção da proposta educativa da escola**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, n. 17, p. 101-110, 2001.

BUZO, Luzia; MACHADO, HPV. **Gestão democrática escolar e a participação do conselho escolar: uma reflexão**. v. 12, 2010. Site acessado < http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/resumo_dos_artigos_site_escola_de_governo/educacao/gestao_democratica_escolar_participacao_conselho_escolar.pdf>. Acesso em 20 abr 2019.

CONTI, Celso; LUIZ, Maria Cecília. Políticas Públicas e Gestão Democrática: o funcionamento do conselho escolar no sistema municipal de ensino. **Educação: teoria e prática**, v. 17, n. 29, p. 33-33, 2007.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. **Função social da escola**. Retirado a, v. 12, n. 11, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 23, n. 3, 2007.

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de educacion**, v. 3, n. 47, p. 2-12, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

GOMES, Alfredo Macedo; ANDRADE, Edson Francisco de. O discurso da gestão escolar democrática: o conselho escolar em foco. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2009.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Curso técnico de formação para os funcionários da Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 72p.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/SEB, 2004.

NETO, Antônio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha. Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico. **Em aberto**, v. 17, n. 72, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2019.

SILVA, Severina Avelino da. **As redes sociais no contexto educacional: as contribuições das redes sociais no processo de ensino aprendizagem**. 2017.

SOUSA, Enise Cristina Barbaresco de (org). **Implementação dos programas de fortalecimento dos Conselhos escolares na Rede Pública de Ensino de Uberlândia-2014/2015**. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

ANEXO

Anexo 01 - Questionário destinado aos conselheiros escolares

Questionário para realização de trabalho de conclusão de curso da aluna Sâmara Rachel R. da S. Trajano, licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus III – Guarabira, orientado pela Professora Vanusa Valério. Este instrumento tem como objetivo identificar a real função do conselho escolar nas escolas da rede municipal de Guarabira.

PARTE I – Dados pessoais

1-Sexo: () Masculino () Feminino () Outro, qual? _____

2-Idade:

() menos de 18 anos () 18 a 25 anos

() 25 a 35 anos () 35 a 45 anos

() 45 a 55 anos () 55 a 65 anos

() mais de 65 anos

3-Localidade que reside:

() área rural () área urbana;

Outros, qual? _____

4-Cidade: _____ Estado: _____

5-FORMAÇÃO:

Ensino Fundamental:

() completo () incompleto

Ensino médio:

() completo () incompleto

() Magistério na modalidade normal

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

Universidade que cursou o ensino superior:

Pós-graduação, qual?

Outros: _____

PARTE II – Informações profissionais

6-Qual a sua profissão?

() professor(a) () merendeira(o)

() servente () vigia

() gestor (a) () coordenador pedagógico

() outra, qual? _____

7-Tempo de atuação na profissão?

() 0 a 5 anos () 5 a 10 anos

() 10 a 15 anos () 15 a 20 anos

() 20 a 25 anos () mais de 25 anos

8-Qual a sua função na escola?

() professor(a) () merendeira(o)

- servente vigia
 gestor(a) vice-gestor(a)
 cuidadora
 outra, qual? _____

9-Tempo de atuação na função atual?

- 0 a 5 anos 5 a 10 anos
 10 a 15 anos 15 a 20 anos
 20 a 25 anos mais de 25 anos

10- Efetivo Contratado

Quanto tempo? _____

PARTE III – Coleta de informações sobre Conselho Escolar

11-Sua função no conselho escolar:

- Representante de professores
 Representante de funcionários
 Representante de pais de alunos
 Representante de alunos
 Representante da comunidade escolar
 Gestor escolar

12-Percepção com relação aos recursos, o diretor ou presidente, da atenção adequada aos aspectos relacionados com:

a) a aprendizagem dos alunos

- concordo discordo

b) as normas administrativas

- concordo discordo

c) a manutenção da escola

- concordo discordo

13-Com relação ao conselho:

há quanto tempo você participa do Conselho Escolar? _____

14-Com que frequência acontecem as reuniões do Conselho Escolar?

- Nenhuma vez por ano
 uma vez por ano
 duas vezes por ano
 três vezes por ano
 Mensalmente
 Bimestralmente
 Outros: _____

15-Com relação as atas do Conselho Escolar:

- Ler sempre antes de assinar
 Presta atenção na leitura de outra pessoa
 Frisa aspectos positivos e negativos
 Formula questões ou sugestões
 Dar sugestões? exemplos:

16-Como a reunião do Conselho Escolar é realizada?

- com antecedência
- em cima da hora
- para deliberar ações de urgência
- outro: _____

17-Como é a escolha do presidente do Conselho?

- voluntaria
- Indicada pelo gestor

18-O que você espera de um Conselho Escolar?

19-Como os Conselheiros podem ajudar na escola?

20-Na sua opinião, qual a função do conselho?

- Deliberativa: é a competência de decidir sobre as ações e o funcionamento administrativo, pedagógico e financeiro da escola, bem como sobre as políticas públicas nela desenvolvidas.
- Consultiva: refere-se ao encargo de analisar as questões do âmbito escolar e apresentar um parecer.
- Avaliativa: é o acompanhamento das ações desenvolvidas na escola, de forma a identificar as dificuldades e possibilidades de melhorias.
- Fiscalizadora: é a responsabilidade de fiscalizar as ações desenvolvidas na escola, a fim de garantir o cumprimento das normas preestabelecidas.
- todas acima
- Outra: _____

21-Se pudesse mudar algo no conselho, o que você mudaria?

- descentralização das decisões
- maior transparência nas tomadas de decisões
- escolha voluntária dos membros do conselho
- utilizar o recurso financeiro nas atividades com alunos
- utilizar o recurso financeiro na manutenção da escola
- outro: _____

22-Vocês analisam a(s) prestação(ões) de contas? Como?

23-Se sim. Encontrou algo que chamou sua atenção?

24-Qual a principal crítica para o Conselho?

25-Qual o principal elogio para o Conselho?

26-Na sua opinião, como deve ser uma gestão democrática? Pode marcar mais de 1:

- todos os envolvidos na comunidade escolar, podem dialogar e opinar, de maneira ativa, nas ações e decisões.
- a gestão democrática deve tornar a escola um espaço participativo e mais atraente, principalmente para os estudantes.
- valorizar a participação e intermediar as diferentes opiniões para que todos sejam ouvidos de uma maneira em que o diálogo se estabeleça, independentemente do tipo de ação e/ou decisão que será tomada.
- o gestor deve ser eleito exclusivamente pela comunidade escolar.
- Outro: _____

27-Na sua escola tem gestão democrática? Aponte respostas....

- sim, pois a comunidade escola participa das decisões da escola.
- sim, pois o conselho escolar vota e é votado
- não, pois raramente ou nunca os conselheiros tomam as decisões
- não, pois os conselheiros são praticamente obrigados a participarem do conselho escolar
- outro: _____

Obrigada pela sua colaboração!